



A Produção Científica sobre a Convergência da Contabilidade Pública no Brasil: Uma Revisão Sistemática entre 2008 e 2020

Raizza Cristina de Oliveira Baptista
Universidade de Brasília (UNB)
E-mail: raizzabaptistaunb@gmail.com

Abimael De Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília (UNB)
E-mail: acosta@unb.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar as contribuições da produção científica brasileira, considerando as regiões geográficas, sobre a convergência da contabilidade pública entre os anos de 2008 a 2020 em periódicos da base de dados da Capes e congressos nacionais da área de contabilidade. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, utilizando do método da revisão sistemática. Foram analisados 87 artigos, sendo 34 de revistas e 53 de congressos. Os resultados mostram que 11 artigos presentes em periódicos possuem relevância internacional. Os autores possuem grande dispersão, mas alguns conseguem se destacar como a pesquisadora Dra. Diana Vaz de Lima. O tema mais estudado é a convergência às normas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), sendo custo no setor público o tema com menor número de trabalhos. Por fim, os dados do estudo indicam forte concentração de pesquisas em Contabilidade Pública no eixo Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Entretanto, a Região Norte carece de apoio dos Programas de Pós-graduação em Contabilidade mais consolidados para desenvolver-se.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Convergência. Setor Público.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade



1. INTRODUÇÃO

A principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos na busca de investimentos e na avaliação do risco de suas transações é a contabilidade. Com diferentes linguagens o *International Accounting Standards Board* - IASB veio com a missão de desenvolver Padrões de *International Federation of Accountants* - IFRS que tragam transparência, responsabilidade e eficiência para os mercados financeiros em todo mundo (Niyama & Silva, 2021).

A Contabilidade Pública Internacional tem visado à harmonização dos padrões e o alinhamento de práticas e procedimentos contábeis para os entes públicos. A convergência às normas internacionais no setor público é fundamental para que eventuais questões políticas e governamentais sejam identificadas e equacionadas por meio de uma avaliação consistente e técnica (Nascimento, 2008).

A *International Federation of Accountants* (IFAC), ou Federação Internacional de Contadores, foi fundada em outubro de 1977, com o intuito de desenvolver e facilitar a adoção de padrões contábeis internacionais de alta qualidade. Em 1987 foi criado o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) ou Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público que é o responsável pelo desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público ou *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), cujo objetivo é melhorar a elaboração de demonstrações contábeis no setor público, estabelecendo regras de reconhecimento, mensuração, divulgação das transações e eventos contábeis.

No Brasil, em 1946 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's), para melhor fiscalização e regulamentação da profissão contábil no país. Em comparação aos outros países da América Latina, o Brasil apresenta-se como o país que possui o mercado de capitais mais sólido (Brunozi et al., 2017). Por outro lado, pouco se sabe sobre as inovações implementadas no sistema de contabilidade pública do Brasil.

Em novembro de 2008 as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP foram aprovadas, em plenário, pelo Conselho Federal de Contabilidade, assim migrando para o foco patrimonial uma contabilidade que possuía o foco no orçamento público. As NBCASP são importantes para a implementação de dispositivos contidos na Lei 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como implementação de sistema de custos, ampliação do controle contábil sobre cumprimento das metas estabelecidas no planejamento governamental (PPA, LDO e LOA). Além das NBCASP aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) elaborada em 2008 e validada em 2009.

Com todas as legislações, ainda, é necessária uma discussão ampliada sobre o processo de convergência da contabilidade pública na Academia. As pesquisas na área da contabilidade pública contribuem para a visibilidade do processo de convergência, com destaque para as peculiaridades da administração pública brasileira. Além disso, contribui para análise das desigualdades sociais e econômicas nas regiões geográficas a partir de dados contábeis, orçamentários e financeiros dos entes federados (Amaral, Bolfe & Vicente, 2014; Braga & Bezerra, 2016, Cardoso, Aquino & Bitti, 2011; Marques, Bezerra & Caldas, 2020; Monteiro &



Gomes, 2013; Rocha & Pinho, 2013)

Nesse contexto, o presente estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: Quais são as contribuições da produção científica brasileira sobre convergência da contabilidade pública, considerando as regiões geográficas, a partir da publicação das Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em 2008?

Com base no que foi exposto e no intuito de responder à questão de pesquisa proposta, o objetivo geral deste estudo é identificar as contribuições da produção científica brasileira, considerando as regiões geográficas, sobre a convergência da contabilidade pública entre os anos de 2008 a 2020 em periódicos da base de dados da Capes e congressos nacionais da área de contabilidade. Tendo como objetivos específicos: a) identificar os artigos aceitos em congressos brasileiros sobre a convergência da contabilidade pública brasileira; b) analisar a metodologia aplicada nos artigos publicados sobre a temática; c) verificar os autores mais recorrentes e instituições de ensino, por região geográfica; d) verificar a temática mais investigada sobre a convergência da contabilidade pública brasileira.

Esta pesquisa justifica-se a partir da necessidade mapear as contribuições de pesquisas sobre o processo de convergência e como a academia vem estudando o tema da contabilidade patrimonial na Administração Pública, considerando a mudança nos procedimentos de contabilidade patrimonial e orçamentária. Além da necessidade de identificar a distribuição do volume publicado e as contribuições das pesquisas em contabilidade pública realizadas por pesquisadores das cinco regiões geográficas do Brasil.

O presente artigo está dividido em cinco seções. Primeiramente, apresenta-se esta introdução, na seção 2 a revisão de literatura, com quadro teórico e empírico sobre a temática da convergência da contabilidade pública em nível mundial à nível nacional, a seção 3 aborda as questões metodológicas e a seção 4 apresenta e discute os dados coletados na revisão. Por fim, na seção 5, são apresentadas as considerações finais e possíveis investigações futuras.

2. O CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

2.1. A Convergência em nível global

Para Nascimento (2007), a harmonização contábil refere-se à adequação da Contabilidade de diversos países aos fundamentos e regras de uma mesma norma ou agrupamento de normas ou às práticas contábeis internacionalmente existentes sob consenso, e não sob imposição. Com a Contabilidade Pública não é diferente, nota-se que há cada vez mais a necessidade de comparação entre as finanças públicas de diversas nações para que existam parâmetros que possibilitem analisar o desempenho de cada uma delas.

Essa harmonização é fruto da conjuntura econômica mundial, resultado dos constantes avanços tecnológicos e proximidade dos usuários às informações contábeis. Nesse contexto, sua importância é pautada nos investidores, bancos, analistas de mercados e demais usuários contábeis, que “direcionam-se aos mercados que conhecem e confiam, visando diminuir o risco do investimento e o custo do capital, proporcionando vantagens aos países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente”. (Mapurunga, Meneses & Peter, 2011, p. 88)

A internacionalização da contabilidade pública iniciou-se com a criação da *International*



Federation of Accountants (IFAC) em 1977. Essa instituição nasceu com o propósito de fortalecer mundialmente a contabilidade do setor público, desenvolver normas contábeis de alta qualidade, além servir como suporte para a devida adoção e aplicação das mesmas. (Nascimento, 2007).

A IFAC é um organismo internacional, sem fins lucrativos e não política. Entre suas atividades destaca-se o desenvolvimento de normas para área de educação, auditoria, ética e contabilidade pública. Entre os comitês da IFAC encontra-se o IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) que é responsável pelo desenvolvimento de normas internacionais de contabilidade para o setor público.

Segundo Chan (2010), o programa de elaboração das IPSAS pela IFAC evoluiu em duas fases. De 1996 a 2002, o IPSASB, essencialmente, importou normas contábeis e de relatório financeiro do setor privado (IASB) para o setor público, fazendo alterações relativamente pequenas. A partir de 2003 o IPSASB tem conscientemente focado questões que são próprias do setor público como tributos e orçamento para os relatórios financeiros. O IPSASB segue um processo estruturado e público no desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS).

Todavia, na visão de alguns autores, o IASB não tem como tomar conhecimento de forma individualizada em relação aos fatores culturais e políticos de todos os seus países membros no decorrer da preparação das *International Financial Reporting Standards* –IFRSs. Afirma-se que não se deve esperar resultados ótimos na condução de Padrões do IASB para países em desenvolvimento - que têm seu grupo distinto de usuários de informações, os quais operam dentro de um ambiente de diversidade cultural, social e política (Hopwood, 2000; Ngangan; Saudagaran; Clarke, 2005).

2.2. A convergência na América Latina

Na América Latina, muitas reformas da administração pública estão em andamento, incluindo a implementação das IPSAS. As agências internacionais e multilaterais, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, podem influenciar as reformas contábeis. Estas organizações têm ampla experiência em reformas públicas, contam com especialistas na implementação e design das IPSAS, e estiveram envolvidas no design e execução de normas para relatórios financeiros por parte dos governos (Adhikari, Kuruppu, & Matilal, 2013; Brusca et al., 2016).

Cabe ressaltar que na Argentina, a partir da *Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas* (FACPCE), vários avanços consideráveis foram alcançados, com a finalidade de uniformizar as normas contábeis, além de possuírem outro órgão que possui a mesma finalidade, o *Consejo Emisor de Normas de Contabilidad y Auditoria* (CENCyA) (Brunozi et al., 2017).

Em relação a Colômbia, a reforma da contabilidade do governo teve início no ano de 1991 e se estende até o momento atual. O caso do processo de reforma da administração pública e da modernização das informações contábeis do país tem sido motivado por organizações multilaterais e internacional a saber: O Banco Mundial, por meio de projetos como a Modernização da Gestão de Finanças Públicas (MAFP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a implantação de Sistemas de Planejamento Estratégico e Inovações



Orçamentárias (Tavares & Berretta, 2006). Os referidos autores, ratificam os argumentos de Godfrey et al. (1996) sobre a importância dos estímulos externos para as reformas (Villegas & Julve, 2012).

Apesar de não ser regulamentada, a profissão contábil uruguaia é organizada no âmbito do Colégio de Contadores e Economistas do Uruguai que possui, entre suas atribuições, a missão de implementação a instalação de comissões que permitam o avanço da investigação e dos assessoramentos, assim facilitando o desenvolvimento cultural e técnico da profissão. Este Colégio é responsável pela adoção das normas internacionais editadas pelo IASB. É estabelecido desde 2004 as IPSAS como padrão orçamentário, mas não para a contabilidade (Almeida & Lima, 2012).

2.3. A convergência no Brasil

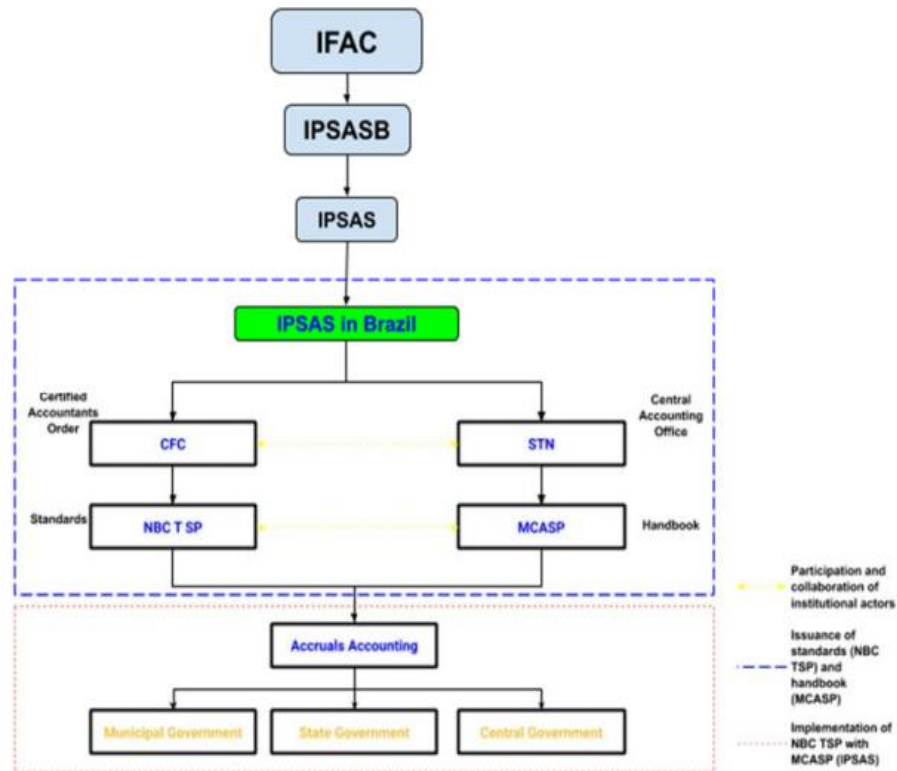
No dia 21 de novembro de 2008, foram aprovadas em plenária do Conselho Federal de Contabilidade as NBCASP, sedimentando definitivamente a migração do foco no orçamento para patrimônio pela contabilidade pública brasileira. Vê-se neste fato uma decisão de aproximação com a ciência contábil, passando todos os fatos administrativos, que antes eram examinados e registrados por terem origem no orçamento, a serem examinados e registrados por produzirem alterações em algum elemento patrimonial. Essa proposição já constava regulamentada no diploma legal desde 1964, pela Lei nº 4.320, e agora será necessário um estudo aprofundado dos artigos que tratam do processo de evidenciação contábil, em especial daqueles a partir do art. 83 (Silva, 2008; Costa, 2019).

Assim, o Brasil se comprometeu a convergir com as normas constituídas pela IFAC, nas três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal. O principal objetivo dessa convergência é “modernizar os procedimentos contábeis, proporcionando a geração de informações que sejam úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social” (Prado & Paiva, 2017, p. 164). Dessa maneira, observa-se que as normas buscam maior transparência das ações do governo, buscando a harmonização e uniformização dos principais demonstrativos do setor público.

Em 2008 é criado o Grupo de Trabalho da Convergência em Contabilidade Pública (GTCP) com o intuito de iniciar os trabalhos de tradução e internacionalização das normas internacionais, assim o CFC edita as 10 primeiras NBC T 16. Em 2009 houve a regulamentação das práticas contábeis no setor público com a edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) através do STN. Com os avanços em 2016 foi publicada NBC TSP's sobre estrutura conceitual, estoques e outros temas patrimoniais para o setor público (Castro, 2016; Sasso & Varela, 2018; Costa, 2019) e conforme a sistematização da implementação das IPSAS no Brasil envolvendo os principais atores institucionais STN, CFC e os entes federados na Figura 1, a seguir.



Figura 1. Institucionalização e fluxo de implementação das IPSAS no Brasil (2008-2018)



Fonte: Costa (2019)

Segundo Prado e Paiva (2017), as principais mudanças que aconteceram na Contabilidade após as normas referem-se em focar a gestão patrimonial das entidades; inserção de Subsistema de custos; estabelecimento de bases para o controle contábil dos planejamentos expostos em planos hierarquicamente interligados; foram estabelecidos conceitos, natureza e tipicidade para melhor qualificação das operações; o controle interno passou a abranger a preservação do patrimônio público e o controle das ações públicas, devendo ser exercidos em todos os níveis do governo, entre outras mudanças.

O Brasil vive um avanço na temática desde 2008, a cada ano vários estudos surgem estudando temas e metodologias diferentes. Nascimento (2008) em seu trabalho analisou as minutas das primeiras NBCASP sob os aspectos da adequação aos princípios fundamentais de contabilidade. Concluiu-se que a padronização é inevitável para uma completa adequação às normas internacionais, além de inserir de maneira gradual as mudanças para que o resultado seja consistente.

Ao comparar a Lei nº. 4.320/64, a Lei nº. 101/00 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público para verificar a aderência da legislação vigente aos critérios contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação Lima, Santana e Guedes (2009), identificaram que apesar de se apresentarem como marcos da legislação contábil pública brasileira, a Lei nº. 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não incorporaram em sua essência os fundamentos da Teoria da Contabilidade no que se refere aos itens analisados, distanciando a legislação vigente da teoria contábil.



Macêdo et al (2010) utilizou-se da estratégia indutiva para apreender as evidências por meio da percepção dos auditores do TCE, dos gestores e contadores públicos dos estados de Pernambuco e da Paraíba quanto à aplicabilidade dos conceitos *true and fair view* e *accountability* na contabilidade pública brasileira e especificamente os padrões internacionais. Foi uma pesquisa bibliográfica, respaldada pela aplicação de questionários estruturados a três grupos, alicerçados numa estratégia teórico-empírica, referendados estatisticamente por testes do Qui-Quadrado e de Kruskal-Wallis.

Com o objetivo de analisar o regime de competência na contabilidade aplicada ao setor público, quanto ao reconhecimento dos restos a pagar não processados e das despesas de exercícios anteriores nos municípios brasileiros, Costa et al (2011) analisaram os valores do ativo financeiro, passivo financeiro, restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores, coletados da base Finanças Brasil (FINBRA) no período de 2002 a 2009. Concluiu-se os menores municípios são menos regulares no envio dos dados que os maiores municípios.

No estudo de Moura, Lima e Ferreira (2012) identificou-se como o Brasil e a Espanha vêm conduzindo o processo de convergência no setor público com relação à estrutura de suas contas, tendo como referencial as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS em inglês). O estudo mostrou que a proposta do Governo brasileiro está mais alinhada aos padrões internacionais, e que, comparativamente, há diferenças significativas entre esta e a proposta do Governo espanhol.

Com o objetivo iniciar uma discussão importante sobre o regime de competência no Brasil, Monteiro e Gomes (2013), utilizando de pesquisas internacionais realizadas sobre o orçamento de competência, bem como alguns documentos governamentais dos países que adotaram o orçamento por regime de competência, identificaram diferenças quanto ao registro de valores referentes a despesas não financeiras (por exemplo, a depreciação), reconhecimento de passivos durante sua geração, ao invés de no momento de seu pagamento.

Ravanello, Marcuzzo e Frey (2015) propuseram analisar o processo de adequação dos municípios da Região Centro-Serra do Estado do Rio Grande do Sul - RS às mudanças da contabilidade aplicada ao setor público. Como resultados apontaram que os profissionais da área contábil ainda possuem pouco conhecimento em relação à complexidade das mudanças e que a aplicação dos novos procedimentos ainda não está sendo realizada.

Ao investigar se os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais influenciam na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) em diferentes países, Callegario, Sauerbronn e Almeida (2016) evidenciaram que indicaram que países que têm intenção de adotar as IPSAS podem ser explicados pela variação positiva das variáveis PIB per capita, quantidade de habitantes, origem de sistema legal anglo-saxão, socialista e francês, bem como pela variação negativa das variáveis culturais.

Na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo geral, foi utilizado o método de revisão sistemática que busca reduzir o viés através do uso de métodos explícitos para realizar uma pesquisa bibliográfica



abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais. Donato e Donato (2019) definem a revisão sistemática como uma investigação científica menos onerosa, é um artigo de investigação com métodos sistemáticos pré-definidos para identificar metodicamente todos os documentos relevantes publicados e não publicados para uma questão de investigação, avalia a qualidade desses artigos, extrai os dados e sintetiza os resultados.

Assim está a divisão dos procedimentos metodológicos do estudo, em três etapas, sendo a primeira o mapeamento dos artigos, por palavras-chaves, a segunda etapa contou com a criação de um pequeno banco de dados para extrair as informações essenciais dos artigos mapeados e, por fim, a última etapa, a construção de quadros para apresentar os resultados da pesquisa.

A investigação iniciou com uma análise exploratória para sondagem e localização dos artigos. Buscou-se os congressos em ciências contábeis nos sítios dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e banco de dados da CAPES Periódicos. Foram selecionados 8 congressos por possuir a área temática relacionada com a Contabilidade Pública.

Na sequência, para a localização dos artigos, foi selecionado o período de 2008 à 2020, foram pesquisadas as áreas temáticas dos congressos, localizando os trabalhos que continham “contabilidade pública”, “convergência”, “NBCASP”, ou qualquer outra palavra relacionada a convergência da contabilidade pública no Brasil. Foram selecionados 53 artigos em 8 congressos, conforme Quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Congressos com publicação de artigos em Contabilidade Pública (2008-2020)

Congressos/Revistas	Artigos
USP <i>International Conference in Accounting</i> / Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade	12
Congresso UnB de Contabilidade e Governança & Congresso UnB de Iniciação Científica	7
Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade	10
Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração	5
Congresso Nacional de Administração e Contabilidade	5
Congresso UFPE de Ciências Contábeis	1
Congresso ANPCONT	11
Congresso UFU de Contabilidade	2
Revista Contabilidade, Gestão e Governança	3
Revista Estudos do CEPE	1
Revista RCO – Revista de Contabilidade e Organizações	3
Revista Ambiente Contábil	3
Revista Catarinense da Ciência Contábil	3
Revista Contabilidade & Finanças	2
Revista Contemporânea de Contabilidade	1
Revista Controle - Doutrina e Artigos	4
Revista de Administração Pública	5
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	1
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	1
Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações	1
Revista UNEMAT de Contabilidade	2
RIC – Revista de Informação Contábil	2
Total de artigos publicados em Congressos (53) e Revistas (34)	87

Fonte: elaboração própria



Desta forma, foram localizados 153 artigos relacionados no banco de dados do sítio CAPES Periódicos ao utilizar palavras “contabilidade pública”, “convergência”, “NBCASP”, ou qualquer outra palavra relacionada a convergência da contabilidade pública no período de 2008 à 2020. Do total 34 artigos e 15 revistas foram selecionados por possuir relação com a temática proposta.

Em função disso, para a análise e tratamento dos dados foi utilizado o programa Microsoft Excel para edição de planilhas, os trabalhos coletados foram divididos por nome de congresso e revistas. Inicialmente os dados coletados foram título, autores, objetivo e vinculação acadêmica, em seguida palavras-chave, metodologia e tema. Para a elaboração da nuvem de palavras foi utilizado o site wordart.com.

Assim sendo, na próxima seção serão apresentados os dados da pesquisa e a análise dos achados.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para iniciar a apresentação dos dados, antes de prosseguir com a descrição das informações coletadas, é importante identificar os periódicos e suas vinculações acadêmicas. Assim, foram identificados 34 artigos publicados em 15 revistas científicas da área contábil.

Quadro 2. Revistas científicas com publicação de artigos em Contabilidade Pública (2008-2020)

Revistas	Qualis	Artigos	Responsável
RCO – Revista de Contabilidade e Organizações	A2	3	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto
Revista Contabilidade & Finanças	A2	2	Universidade de São Paulo
Revista Contemporânea de Contabilidade	A2	1	Universidade Federal de Santa Catarina
Revista de Administração Pública	A2	5	Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Contabilidade, Gestão e Governança	B1	3	Universidade de Brasília
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1	2	Academia Brasileira de Ciências Contábeis
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2	3	Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2	1	Universidade do Estado da Bahia
Estudos do CEPE	B3	1	Universidade de Santa Cruz do Sul
Revista Ambiente Contábil	B3	3	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3	1	Universidade Federal da Paraíba
Revista Controle - Doutrina e Artigos	B4	4	Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE)
Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações	B4	1	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI
Revista UNEMAT de Contabilidade	B4	2	Universidade do Estado de Mato Grosso
RIC – Revista de Informação Contábil	B5	2	Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: elaboração própria

A amostra contou com quatro periódicos com Qualis A2, sendo a Revista de



Administração Pública específica para assuntos da administração pública, no entanto a Revista Contemporânea de Contabilidade, mesmo possuindo um excelente QUALIS, não possui informações detalhadas em seu escopo sobre a sua área de interesse. As outras duas revistas A2 colocam como tema central ou subtema o interesse em artigos do setor público, chamando pesquisadores que desejam submeter seus trabalhos em revistas de alta qualidade.

Os periódicos Contabilidade, Gestão e Governança, Revista Catarinense da Ciência Contábil, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade e Revista Controle - Doutrina e Artigos possuem no seu escopo chamamento específico para contabilidade pública, sendo mais benéfico para os autores submeter em revistas que possuem interesse direto para a sua área estudada.

Do total de 34 artigos, 32% estão publicados em revistas A2, sendo artigos de excelência internacional, 14 são de periódicos considerados de média relevância e 9 possuem excelência nacional. Pode-se observar um equilíbrio sobre a temática nos periódicos, sendo a Revista de Administração Pública, A2, a maior interessada em publicações sobre convergência contábil no setor público.

Quadro 3. Metodologias e palavras-chave das pesquisas em Contabilidade Pública (2008-2020)

Temas	Metodologia	Palavras-chave
Convergência/Harmonização	Qualitativa (29) Quantitativa (14) Quali-Quantitativa (9)	Contabilidade pública (16); IPSAS (9); Setor público (7); NBC T SP (7); Convergência (6); Processo de convergência (5); Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (5); Contabilidade Aplicada ao Setor Público (5).
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Qualitativa (17) Quantitativa (1) Quali-Quantitativa (0)	Setor público (5); Contabilidade pública (3); Contabilidade Aplicada ao Setor Público (3); Patrimônio público (2); Padrões Contábeis Internacionais (2); NBCASP (2); IPSAS (2); Estrutura Conceitual (2); Ativo Intangível (2); Ativo Imobilizado (2).
Regime de Competência	Qualitativa (2) Quantitativa (5) Quali-Quantitativa (1)	Regime de Competência (6); Setor público (3); Contabilidade pública (3); Informação contábil (2); Contabilidade por competência (2); Regime contábil (1).
Custos do Setor Público	Qualitativa (2) Quantitativa (1) Quali-Quantitativa (1)	Custos (2); Custos no setor público (1); NBC T 16.11 (1); Sistema de Informação de Custos (1); Modelos de SICSP (1); Contabilidade Pública (1); Orçamento (1); Setor público (1).

Fonte: elaboração própria

A convergência da contabilidade pública pode ser dividida em vários temas e abordagens diferentes, a presente pesquisa foi dividida em quatro grandes temas centrais são eles: Convergência/Harmonização, Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público, Regime de Competência e Custos. Por outro lado, é relevante analisar essas temáticas em cada ente federado brasileiro. Assim, Costa *et al* (2011) pesquisaram a convergência da contabilidade pública em municípios e concluíram que os maiores municípios tem maior transparência das informações contábeis e financeiras do que os menores municípios, permitindo assim análise de informações sobre valores do ativo financeiro, passivo financeiro, restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores.



A temática Convergência/Harmonização é relacionada a história, os artigos tem por objetivo informar, divulgar e analisar como a convergência está sendo implementada, os impactos que vem causando na contabilidade pública. Além de demonstrar como os servidores públicos estão se adaptando à nova contabilidade. A maioria de seus artigos são qualitativos com o objetivo de compreender o fenômeno em caráter subjetivo, assim compreender a convergência contábil no setor público de forma aprofundada.

Na pesquisa de Moura, Lima e Ferreira (2012) que comparou o Brasil e Espanha no tocante a implementação das IPSAS afirmam que o processo de convergência brasileiro está alinhado com o modelo internacional. Em outras palavras, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público destacam-se as mudanças específicas no setor público, como ativos, passivos, receitas e outras. Dessa forma, as IPSAS e as NBC T SP possuem um papel maior destaca entre as temáticas estudadas, pois a última é uma tradução, com adaptação ao contexto cultural, incluindo modificações específicas para o Brasil.

O Regime de Competência merece um destaque tendo em vista a mudança de uma contabilidade orçamentária, prevista na Lei 4.320/64, para uma contabilidade patrimonial para atender a convergência internacional. A utilização do regime de competência na contabilidade pública trouxe bastante interesse na pesquisa qualitativa, utilizada como forma de identificar o impacto que ela teria/tem nas organizações. Em sentido mais amplo, por intermédio de pesquisas internacionais, Monteiro e Gomes (2013) indicam no estudo que a convergência as IPSAS impactaram nos registros sobre a depreciação e reconhecimento de passivos.

O tema Custo do Setor Público, mesmo possuindo apenas cinco artigos, possui um destaque na convergência contábil, pois não existia uma legislação, norma para identificar os custos no setor público. A partir da NBC T SP 16.11, começou a elaboração de sistemas de informação custos, assim o setor público começou a ter um maior cuidado com esse tema.

Em função disso, esses achados podem ser relacionados com o estudo de Ravanello, Marcuzzo e Frey (2015) que identificaram que os contadores públicos possuem pouco conhecimentos sobre as mudanças e aplicação de novos procedimentos da contabilidade pública. Por isso, as palavras chaves como Contabilidade Pública e Setor Público são recorrentes em todos os temas, pode-se dizer que como tema central possui uma necessidade de apresentar ao usuário/leitor a concentração da pesquisa.

Com isso, realizou-se busca em todos os artigos extraídos para verificar quais as palavras-chaves mais recorrentes, conforme a Figura 1, pode-se identificar que as palavras Contabilidade Pública, Setor Público e NBCASP foram as que mais apareceram, conforme demonstrado na Figura 2 a seguir.



Figura 2. Nuvem de palavras-chave com maior recorrência nos artigos científicos analisados



Fonte: elaboração própria

No total foram identificados 21 programas de pós-graduação em ciências contábeis nas pesquisas selecionadas, sendo que sete pertencentes à Região Sul do Brasil, dividido em 13 instituições de ensino superior. Poucos programas possuem uma linha específica de Contabilidade Pública, no entanto os programas possuem professores que pesquisam essa área. Além de possuir quatro programas de nota 5 e um de nota 6, sendo as maiores notas dos PPGCCs. Além disso, o Brasil tem diferenças regionais referente à pobreza, concentração de renda e, também, na produção científica na área da Contabilidade Pública. A par disso, no Quadro 5, a seguir, as desigualdades regionais no volume da produção acadêmica em Contabilidade Pública estão evidentes, visto que a região norte do Brasil figura no mapeamento realizado somente com uma publicação entre 2008 e 2020.

Quadro 4. Distribuição geográfica das pesquisas em Contabilidade Pública no Brasil (2008-2020)

Região	Vínculo Acadêmico	Autores
Nordeste	UFC; UFPE; UEPB; UFRPE; UEFS; UFPB; UNIVASF; IESF; UFMA; UECE; UFCG; UFRN	Meneses (1); Guimarães (1); Corrêa (1); Moreira (1) Peter (1); Alencar (1) Rebouças (1); Rocha (1); Nascimento (1); Pinho (1); Carlos Filho (1); Façanha Neto (1) Libonati (1); Lopes (1); Monteiro (1) Ribeiro Filho (3); Costa (1); Travassos (1); Soares (1); Lopes (2); Feitosa (1); Martins (1) Santos (1); Barbosa (1); Souza (1); Alves (1); Albuquerque (1) Araújo (1); Leitão (2); Monteiro (1); Amaro (1); Ceolin (1); Cavalcante (1); Aquino (1); Israel (1) Lima (1); Gonçalves (1); Nassif (1) Silva (1); Pederneiras (3); Pereira (1); Santos (1); Silva (1) Mulatinho (1) Viotto (1) Pereira (1); Pereira (1) Neto (1); Silva Neto (1); Macêdo (2) Araújo (1); Lima (1); Silva (1)
Centro-Oeste	UnB; UNEMAT; FORTIUM;	Gomes (1); Raad (1); Vasconcelos (2); Pansani (1); Lima (12); Almeida (1); Gonçalves (1); Zitkoski (1); Niyama



	UNINASSAU	(3); Oliveira (1); Lima (3); Caneca (2); Sousa (2); Câmara (1); Monteiro (1); Botelho (1); Duque (1); Vieira (1); Amaral (1); Ferreira (1); Guedes (1); Moura (1); Santos (1); Almeida (1); Santana (2); Lima (1); Oliveira (1); Alves (1); Canan (1); Leandro (1); Maldonado (1); Silva (1); Halik (1); Leal (1)
Sudeste	FUCAPE; UFES; FECAP; UFRJ; UNIFESP; Faculdade Metodista Izabela Hendrix; USP; UFU; UFMG; FGV; UERJ	Teixeira (2); Calado (2); Braga(1); Bezerra Filho (2); Bitti (1); Marques (1); Caldas (1); Santanna (1); Dalmonech (1); Salaroli (2); Sauerbronn(1); Almeida (4); Callegario (1); Viane (1); Gama (2) Arnosti (1); Nascimento (1); Zittei (1); Santos (1); Silva (1); Silva (1); Sauerbronn (2) Silva (1); Santos (1); Santos (1); Cruz (1); Oliveira (1); Varela (1)Teles (1); Scorvo (1); Sasso (1); Varela (1); Oliveira (1); Aquino (2); Santana (1); Diniz (1); Carvalho (1); Costa (1); Andrade (1); Cabral (1); Xavier (1); Silva (1); Mario (1); Borges (1); Cunha (1); Rezende (1); Cardoso (2); Bevilacqua (1); Silva (1)
Sul	UNISINOS; UFSC; UNIPAMPA; UNIOESTE; UNESPAR; UFRGS; UTFPR; FURB; FUSC; UEM; UNIPAR; UFPR; UNISC	Barboza (1); Kronbauer (1); Carvalho (1); Souza (1); Rodrigues (1); Silva (1); Mareth (1); Pereira (1); Dall'Stra (1); Darós (1); Moraes (1); Platt Neto (1) Bolfe (1); Vicente (1); Borba (1); Nascimento (1); Amaral (2); Behr (1); Costa (1); Goularte (1); Vega (1); Ramos (1) Smania (1); Cavichioli (1); Bosio (1); Martins (1); Rodrigues (1); Ribeiro (1); Ferreira (1); Vale (1) Moschetta (1); Sallaberry (1); Pizio (1); Vendruscolo (2); Righes (1); Schivirck (1); Calejari (1); Bortoluzzi (1); Fiirst (1); Soares (1); Söthe (1); Scarpin (2); Macêdo (1); Klann (1); Fragoso (2); Souza (1) Petri (1); Martins (1); Peixe (2); Santos (1); Marcuzzo (1); Frey (1); Ravanello (1)

Fonte: elaboração própria

Mesmo possuindo uma boa quantidade de autores, a Região Sul não possui continuidade em pesquisas na área de contabilidade pública, apenas cinco autores possuem mais de um artigo na amostra. A baixa quantidade de autores e interesse na pesquisa é decorrente do foco dos programas em outras linhas de pesquisa da área contábil, principalmente, gerencial e financeira. Nesse sentido, o mesmo ocorre na Região Sudeste, com exceção de dois autores que possuem mais de três artigos.

A Região Sudeste possui a maior quantidade de programas, no entanto é apenas a terceira em números de autores. Com o melhor PPGCC do Brasil, a Universidade de São Paulo, não é possível identificar um incentivo direto para pesquisa no setor público. Suas linhas de pesquisas são relacionadas a contabilidade gerencial e financeira. A FUCAPE e a UFES possuem a maior quantidade de artigos e autores com mais quantidades trabalhos na Região Sudeste, porém são programas mais recentes e implementaram linhas de pesquisa na área governamental.

A Região Centro-Oeste que mesmo sendo a segunda menor das regiões, possui um programa com linha específica para o setor público na Universidade de Brasília, onde possui a liderança de autores, além de possuir a maior quantidade de trabalhos apresentados, sendo a pesquisadora Diana Vaz de Lima, o maior destaque na região geográfica, com 12 artigos publicados.

O programa de pós-graduação da Universidade de Brasília tem pesquisas aplicadas ao





setor público, em conjunto com as Universidades Federais de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte desde 2000 quando foi criado o Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN. Na ocasião seu surgimento foi uma forma que os pesquisadores encontraram de ampliar a oferta de programas para além do eixo Sul-Sudeste.

Mesmo com o incentivo da Universidade de Brasília, a Região Nordeste possui apenas dois autores com três artigos cada, a Universidade da Paraíba possui uma linha de pesquisa específica de informação contábil para o setor público e possui apenas um autor de destaque. Esse feito pode ser percebido pela falta de interesse dos pesquisadores na convergência contábil pública.

A Região Norte possui apenas um artigo e dois autores em todo seu espaço, isso é reflexo da deficiência de programas de pós-graduação. Ela não possui nenhum e os mais pertos estão no Nordeste do Brasil. Atualmente, a Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto está lançando seu primeiro Doutorado Interinstitucional (Dinter) como forma de promover a qualificação dos recursos humanos, viabilizar a formação de doutores, subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu* e promover a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa.

Assim sendo, as diferenças geográficas expostas neste estudo podem ser analisadas para além da história da formação dos programas em contabilidade no Brasil. Em função disso, o estudo de Callegario, Sauerbronn e Almeida (2016) que investigou fatores sociais, políticos, econômicos e culturais da implementação das IPSAS dialogam de forma indireta com os achados desta pesquisa visto que a Região Norte do Brasil, por exemplo, em 12 anos de análise está representada somente por dois pesquisadores e um artigo publicado, isso indica a necessidade urgente dos demais programas de pós-graduação em contabilidade do Brasil contribuírem para o fortalecimento das pesquisas em contabilidade pública na região da Amazônia Legal, inclui os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e parte significativa do Maranhão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprе аcentuar, entretanto, que foram analisados os artigos presentes no periódico Capes e trabalhos apresentados em Congressos brasileiros da área de ciências contábeis, no total de 87 artigos relacionados com a convergência da contabilidade pública no período de 2008 a 2020.

Como resultado 32% dos trabalhos publicados em periódicos foram em revistas com Qualis A2, sendo considerados com excelência internacional, mesmo possuindo 14 artigos publicados em periódicos com menor Qualis. Ressalta-se que a Revista de Administração Pública possui a maior quantidade de artigos sobre a temática estudada.

Os estudos sobre a convergência contábil e sua harmonização são os mais recorrentes publicados pelos pesquisadores, buscando desenvolver um entendimento mais profundo sobre o tema. Por outro lado, a pesquisa qualitativa corresponde a aproximadamente 56% dos trabalhos. A temática custo aplicado ao setor público precisa ser mais explorada, sendo correspondente a apenas 4 trabalhos no total, como é um tema ainda em desenvolvimento, espera-se que em pesquisas futuras contemple essa tema. Pode-se considerar como temas emergentes do estudo



patrimônio, passivo e restos a pagar, porque poucos estudos abordaram essa temática, assim carecem de novas pesquisas.

Os programas de pós-graduação em ciências contábeis são os grandes responsáveis pela pesquisa e interesse dos pesquisadores na convergência da contabilidade no setor público, no entanto são poucos que possuem linhas de pesquisa destinada a Contabilidade Pública. O destaque está nos programas de pós-graduação do eixo Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Desta forma, as Regiões Sul e Sudeste, mesmo possuindo os melhores programas, não contam com muitas pesquisas e continuidades dos trabalhos na área de contabilidade pública.

As desigualdades regionais no volume da produção acadêmica em Contabilidade Pública ficaram evidentes com os achados da pesquisa, visto que a Região Norte do Brasil figura no mapeamento realizado somente com uma publicação entre 2008 e 2020, vinculada a dois pesquisadores com vínculo acadêmico na Região Norte. Assim sendo, a Região Norte carece de apoio dos Programas de Pós-graduação em Contabilidade mais consolidados para desenvolver-se.

No geral, nota-se que os pesquisadores ainda possuem um longo percurso a avançar nas pesquisas sobre a convergência da contabilidade no setor público às IPSAS. Novas pesquisas necessitam ser incentivadas e realizadas para contribuir com a formação e qualificação dos contadores públicos. Para pesquisas futuras, sugere-se analisar teses e dissertações dos programas de pós-graduação de ciências contábeis para averiguar se esse tema vem sendo explorado.

REFERÊNCIAS

- Adhikari, P., Kuruppu, C., & Matilal, S. (2013). Dissemination and institutionalization of public sector accounting reforms in less developed countries: a comparative study of the Nepalese and Sri Lankan central governments. *Accounting Forum*, 37(3), 213-230. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2013.01.001>
- Almeida, L. M. & Lima, D. V. (20XX). Características determinantes no processo de convergência da contabilidade pública nos estados-membros do mercosul. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica*, São Paulo, SP, Brasil, 9. Recuperado de <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos122012/391.pdf>
- Amaral, N. A. L., Bolfe, C., & Vicente, E. F. R. (2014). Estudos sobre o Regime de Competência no Setor Público Brasileiro: Os Desencontros da Discussão Acadêmica. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 13(40), 20–36. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n40p20-36>
- Braga, I. A & Bezerra, J. E., F. (2016). CONVERGÊNCIA ÀS NBCASP E AO MCASP: UM ESTUDO SOBRE OS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS EM 2014. *Anais do Congresso ANPCONT*, Ribeirão Preto, SP, Brasil, 10. Recuperado de <http://anpcont.org.br/pdf/2016/CPT73.pdf>
- Brunozi Júnior, A. C., Ott, E., Coelho, D. M., Menegat, L. A., & Webber, F. L. (2017). Persistência e Value Relevance dos Resultados Contábeis com a Adoção das IFRS: Um Estudo em Empresas de Países do GLENIF. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(3), 33. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v36i3.31820>
- Callegario, J. B., Sauerbronn, F. F. & Almeida, J. E. F. (2016). Análise da Influência de Fatores Sociais, Políticos, Econômicos e Culturais na Adoção das IPSAS por Diferentes Países. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração*, Costa do Sauípe, BA, Brasil, 40. Recuperado de



http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjEwNzU=

- Cardoso, R. L., de Aquino, A. C. B., & da Silva Bitti, E. J. (2011). Reflexões para um framework da informação de custos do setor público brasileiro. *Revista de Administracao Publica*, 45(5), 1565–1586. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500014>
- Castro, M. C. C. S. (2016). *Convergência Das Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público Aos Padrões Internacionais: Análise Da Evidenciação Pelos Estados Brasileiros E Pelo Distrito Federal*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ADMMCG/1/disserta_o_mariana_final_com_folha_de_aprova_o.pdf
- Chan, J. L. (2010). As NICSPS e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, 4 (1), p. 1- 17, jan./abr. 2010.
- Costa, A. J. B. Harmonization of IPSAS in Latin America: which stage is the Brazilian Public Sector Accounting? In: 17th Biennial CIGAR Conference in Amsterdam, 2019, Amisterdã. Alternative views on Public Sector Accounting and Financial Management. Amisterdã: CIGAR NETWORK, v. 17. p. 1-14, 2019
- Costa, J. I. F., Tavassos, S. K. M., Libonati, J. J. & Soares, V. S. (2011). Regime de competência aplicado ao setor público: análise no reconhecimento dos restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores dos municípios brasileiros. *Anais do Congresso ANPCONT*, Brasil, 5. Recuperado de <http://anpcont.org.br/pdf/2011/CCG100.pdf>
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Stages for undertaking a systematic review. *Acta Medica Portuguesa*, 32(3), 227–235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>
- Godfrey, A., Devlin, P., & Merrouche, M. (1996). Governmental Accounting in Kenya, Tanzania and Uganda. In Chan, J. et al. (Eds.). *Research in Governmental and Nonprofit Accounting*, 9, 193-208.
- Hopwood, A. G. (2000). *Understanding ® nancial accounting practice*. 25, 763–766.
- Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm
- Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lima, D. V. de, Santana, C. M., & Guedes, M. A. (2010). A Aplicação Integral do Regime de Competência na Contabilidade Pública Brasileira Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(1), 15–23. https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/65/pdf_1
- Macêdo, J. M. A., Lopes, J. E. de G., Silva, L. M. da, Ribeiro Filho, J. F., Pederneiras, M. M. M., & Feitosa, M. G. G. (2010). Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCEs, contadores e gestores públicos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(8), 69–91. <https://doi.org/10.11606/rco.v4i8.34759>
- Mapurunga, P. V. R., Meneses, A. F. de, & Peter, M. da G. A. (2011). O Processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Realidade nos Setores Privado e Público Brasileiros. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 9(1), 87–107. <https://doi.org/10.32586/rcda.v9i1.100>
- Monteiro, B. R. P., & Gomes, R. C. (2013). Experiências internacionais com o orçamento público por regime de competência. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(62), 103–112.



- <https://doi.org/10.1590/s1519-70772013000200002>
- Moura, P. D. A., Lima, D. De, & Ferreira, L. (2012). Plano De Contas E Convergência Aos Padrões Internacionais: Estudo Comparativo Entre As Propostas Dos Governos Brasileiro E Espanhol. *Anpcont.Com.Br*, 15, 3–16. <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE227.pdf>
- Nascimento, L. S. do. (2007). *A Reforma da Contabilidade Governamental Brasileira: a necessária revisão dos preceitos vigentes em face das demandas de informações e do esforço de harmonização nacional e internacional.*) Adoção do regime de competência no setor público brasileiro sob a. ESAF.
- Nascimento. L. S. (2008). A elaboração das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: análise à luz dos princípios contábeis. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. Florianópolis, SC, Brasil, 2. Recuperado em <http://ccn-ufsc-cdn.s3-website-us-west-2.amazonaws.com/2CCF/20080718171450.pdf>
- Ngangan, K., Saudagaran, S. M., & Clarke, F. L. (2005). Cultural Influences on Indigenous Users' Perceptions of the Importance of Disclosure Items: Empirical Evidence from Papua New Guinea. *Advances in International Accounting*, 18, p.:27-51.
- Niyama, J. K. & Silva, C. A. T. (GEN). (2021). Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas
- Prado, J. D. do, & Paiva, A. A. (2017). Convergência da contabilidade pública às normas internacionais. *Página /*, 8(1), 161.
- Ravanello, M., Marcuzzo, J. L., & Frey, M. R. (2015). Análise Da Adequação Dos Municípios Às Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público. *Estudos Do CEPE*, 42, 113. <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i42.4818>
- Rocha, J. P. V., & Pinho, V. G. (2013). A Nova Contabilidade Pública e a Mensuração das Receitas Tributárias sob o Enfoque Patrimonial: Perspectivas para a Atuação dos Tribunais de Contas no Controle da Renúncia Fiscal. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 11(2), 63–79. <https://doi.org/10.32586/rcda.v11i2.229>
- Sasso, M., & Varela, P. S. (2018). Adoção das normas de contabilidade oriundas do processo de convergência às IPSAS: respostas estratégicas de governos estaduais. *XVIII USP International Conference in Accounting*, 1–20.
- Silva, L. M. (2008). Contabilidade pública: ênfase no patrimônio x questão da legalidade. Recuperado de NBCASP: A grande reforma na Contabilidade Pública | Blog do Prof. Lino Martins da Silva (wordpress.com)
- Tavares, M., & Berretta, N. (2006) Sistemas de Planeación Estratégica e Innovaciones Presupuestarias. Informe plan de acciones a mediano plazo para la efectividad del desarrollo. Banco Interamericano de Desarrollo, BID.
- Villegas, M. G., & Julve, V. M. (2012). Las innovaciones en contabilidad gubernamental en Latinoamérica: El caso de Colombia. *Innovar*, 22(45), 17–35